

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.330.784 - RS (2018/0178162-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - RS080026A**  
**AGRAVADO : JOAO NESTOR HATWIG**  
**AGRAVADO : CAMILO HAAS**  
**AGRAVADO : ALOISIO ALCIDES BAMBERG**  
**AGRAVADO : JOSE ROQUE STEFFENS**  
**AGRAVADO : DELMAR LUIS STEFFENS**  
**AGRAVADO : LINO ANTONIO FRITZEN**  
**AGRAVADO : DANIEL LUIS HATWIG**  
**AGRAVADO : EVALDO KESSLER**  
**AGRAVADO : ADOLFO GUILHERME BRATZ - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : IRENE BRATZ VENZKE - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADOS : ORLI CARLOS MARMITT - RS070358**  
**CLAUTO JOAO DE OLIVEIRA - RS057866**  
**JORDANO STEFANELLO SEGNOR - RS084879**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA. 1. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 2. SOBRESTAMENTO DOS AUTOS. INAPLICABILIDADE. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Na origem, João Nestor Hatwig interpôs agravo de instrumento em decorrência de decisão que suspendeu o cumprimento provisório de sentença coletiva proferida nos autos da Ação Civil Pública, a qual condenou a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil S.A., solidariamente, ao pagamento de diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 e o BTN fixado no mesmo período para agricultores que tomaram empréstimos por meio de cédula de crédito rural.

No julgamento do agravo de instrumento, a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, dar provimento ao recurso, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 22):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA. CÉDULA RURAL. ACP Nº 94.008514-1. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EFEITO SUSPENSIVO. SOBRESTAMENTO PARCIAL.

Considerando-se que a suspensão determinada nos Embargos de Divergência no RESP nº 1.319.232-DF limita-se à aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, nada impede o prosseguimento parcial do cumprimento provisório, determinando-se o sobrestamento apenas com relação ao montante que exceder os índices determinados no art. 5º da Lei nº 11.960/2009, sendo que eventuais diferenças poderão ser futuramente executadas, após a consolidação do entendimento quanto ao tema.

Nas razões do recurso especial, o recorrente, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, alegou violação aos arts. 525, 854, § 3º, e 1.015 do CPC/2015, sustentando a necessidade de suspensão do feito conforme a decisão desta Corte proferida nos EREsp 1.319.232/DF, a qual determinou a suspensão dos efeitos da sentença coletiva e, como consequência, dos pedidos de liquidação e cumprimento de sentença. Além disso, a questão acerca da legitimidade ativa de não associado para liquidação/execução da sentença coletiva também foi afetada, nos termos do art. 1.036 do CPC/2015, sendo necessário aguardar o julgamento do REsp 1.438.263/SP.

Aduziu ainda que a inadmissão do recurso especial acarretou ofensa aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição.

As contrarrazões não foram apresentadas - fl. 55 (e-STJ).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial pela incidência das Súmulas 282 e 356 do STF e 211 do STJ.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, o acórdão recorrido dirimiu a questão com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 19-21):

Trata-se de cumprimento provisório de sentença proferida nos autos da ACP nº 94.0008514-1, a qual condenou a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil S/A, solidariamente, ao pagamento de diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 e o BTN fixado em idêntico período, para agricultores que tomaram empréstimos por meio de Cédula de Crédito Rural.

Em recente decisão monocrática exarada nos autos dos Embargos de Divergência em REsp nº 1.319.232/DF, o Ministro Francisco Falcão, deferiu "a concessão da tutela de urgência para atribuir efeito suspensivo aos embargos de divergência interpostos pela União, até o seu julgamento" (decisão disponibilizada para publicação eletrônica em 26/04/2017).

Num primeiro momento, em casos semelhantes, determinei o sobrestamento do feito, tendo em vista que eventual decisão favorável a um dos litisconsortes aproveitaria a todos, eis que o STJ

já decidiu que se trata de litisconsórcio passivo unitário entre a União, o BACEN e o Banco do Brasil.

Todavia, melhor avaliando a questão, verifiquei que a matéria objeto de discussão nos Embargos de Divergência opostos pela União refere-se exclusivamente ao percentual de juros aplicável à Fazenda Pública, os quais foram fixados em flagrante contrariedade ao art. 1º-F da lei nº 9.494/1997, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009, conforme se verifica no pedido dos embargos de divergência ora transcrito, *verbis*:

Em face do exposto, feito o cotejo analítico entre o acórdão embargado e o acórdão paradigma, evidenciando base fática assemelhada com soluções jurídicas distintas pela Terceira Turma e pela Primeira Seção desse Tribunal, a União requer sejam os presentes embargos de divergência conhecidos e providos, devendo ser, portanto, revisto o percentual de juros aplicável nos casos excepcionais em que este Ente Público vier a ser obrigado a restituir.

Subsidiariamente, requer-se que, ao menos naquelas hipóteses em que a União sucedeu a instituição financeira em operação específica cedida por força da Medida Provisória nº 2.196-3/2011, seja aplicado o percentual de juros previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09.

Assim, limitando-se a questão apenas à correção monetária e aos juros de mora aplicáveis, não há, em rigor, óbice ao prosseguimento do cumprimento provisório de sentença dentro dos parâmetros apontados pela União nos embargos de divergência, devendo, portanto, ser respeitados a atualização e os juros previstos no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.

(...)

Logo, pode a exequente prosseguir na execução provisória do título, exceto em relação à aplicação de índice de correção monetária distinto da TR a partir da vigência da Lei 11.960/09, podendo eventuais diferenças ser pleiteadas no futuro, após a definição do índice a ser aplicado.

Dispositivo.

Ante o exposto, voto por dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos da fundamentação.

Como se vê, da leitura dos trechos acima, observa-se que não houve debate sobre a suspensão do feito do ponto de vista da infringência ao art. 525, 854, § 3º, e 1.015 do Código de Processo Civil/2015, haja vista que a conclusão do Tribunal de origem se deu única e exclusivamente com base no fato de que a questão se limita apenas à correção monetária e aos juros de mora aplicáveis, tampouco foram opostos embargos de declaração, não havendo, portanto, o devido prequestionamento, o que atrai o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Ademais, conforme se constata do andamento dos EREsp 1.319.232/DF,

o Ministro relator à época proferiu decisão em 14/3/2018, na qual afastou o motivo do sobrestamento, tendo em vista o julgamento do RE 870.947/SE, pelo Pleno do STF em 20/9/2017 e publicado em 20/11/2017, tendo sido julgado definitivamente em 16/10/2019, e recebeu a seguinte ementa:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. MARÇO DE 1990. PROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, DO BANCO CENTRAL DO BRASIL E DA UNIÃO FEDERAL. JUROS DE MORA. TAXA APLICÁVEL. CONDENAÇÃO DE NATUREZA NÃO-TRIBUTÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. ÍNDICE OFICIAL DE REMUNERAÇÃO DA CADERNETA DE POUPANÇA. APLICAÇÃO IMEDIATA. IRRETROATIVIDADE. EFEITOS DO RECURSO. EXTENSÃO AO BACEN. CONDENAÇÃO DOS RÉUS AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA DA CORTE ESPECIAL.

1. Embargos de divergência opostos em 09/10/2015 e 07/03/2016, atribuídos a esta Relatora em 18/12/2018 e conclusos ao Gabinete em 11/02/2019.

2. Cuida-se, na origem, de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em desfavor do Banco do Brasil S/A, do Banco Central do Brasil - BACEN e da União, na qual questiona o índice de correção monetária aplicado em março de 1990 (Plano Collor I) para o reajuste de cédulas de crédito rural.

3. Acórdão da 3ª Turma do STJ que, dando provimento a recursos especiais, julgou procedente o pedido inicial, para condenar os demandados, solidariamente, ao pagamento das diferenças resultantes da aplicação do IPC (84,32%) ao invés do BTN (41,28%), devidamente atualizadas e acrescidas de juros de mora de 0,5% ao mês até a entrada em vigor do Código Civil de 2002 (11/01/2003), e, após, de 1% ao mês.

4. Nos embargos de divergência opostos pela União, discute-se a aplicação do critério de juros de mora previsto no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/09.

5. Nas condenações da Fazenda Pública oriundas de relações jurídicas não-tributárias, os juros de mora devem ser calculados segundo o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, conforme dispõe o art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/09. Precedentes do Supremo Tribunal Federal (ADI's n.

4.357/DF e 4.425/DF e RE 870.947/SE) e deste Superior Tribunal de Justiça (REsp's n. 1.270.439/PR, 1.495.146/MG, 1.492.221/PR e 1.495.144/RS, todos julgados pela 1ª Seção sob a sistemática dos recursos especiais repetitivos).

6. Consoante a orientação firmada pela Corte Especial no REsp 1.205.946/SP, também representativo de controvérsia, o novo regramento dos juros de mora instituído pela Lei 11.960/2009

aplica-se imediatamente aos processos em curso, sem, contudo, retroagir a período anterior à vigência da norma (29/06/2009).

7. À luz do disposto no art. 509, parágrafo único, do CPC/73 (art. 1.005, parágrafo único, do CPC/15), os efeitos do julgamento dos embargos de divergência opostos pela União se estendem ao BACEN, autarquia federal que se enquadra no conceito de "Fazenda Pública" a que se refere o art. 1º-F da Lei 9.494/97.

8. Em razão do princípio da simetria, descabe a condenação da parte requerida em ação civil pública ao pagamento de honorários advocatícios quando inexistente má-fé, da mesma forma como ocorre com a parte autora, por força do art. 18 da Lei 7.347/85. Precedente da Corte Especial (EAREsp 962.250/SP, DJe de 21/08/2018).

9. Embargos de divergência da União conhecidos e providos, para determinar que, nos cumprimentos individuais da sentença coletiva promovidos em desfavor da União e/ou do BACEN, sejam os juros de mora, a partir de 29/06/2009, calculados segundo o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança.

10. Embargos de divergência do Banco do Brasil conhecidos e providos, para afastar a condenação dos réus ao pagamento de honorários advocatícios. (REsp 1.319.232/DF, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/10/2019, DJe 30/10/2019)

Por fim, não merece acolhimento o pedido de sobrestamento dos autos com base no julgamento do REsp 1.438.263/SP, o qual afetou o tema acerca da legitimidade ativa das associações para a propositura de ação civil pública (processo de conhecimento), uma vez que não tem relação com o julgamento do agravo de instrumento interposto na origem.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator